

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: 25 ANOS!

*Antônio de Pádua Ribeiro*¹

A Constituição de 5 de outubro de 1988 criou o Superior Tribunal de Justiça. A sua instalação ocorreu no dia 7 de abril do ano seguinte. Portanto, no dia 5 de outubro passado, completaram-se 25 anos da sua criação e, no dia 7 de abril do próximo ano, completar-se-ão 25 anos da sua instalação.

O atual Presidente da Corte, Ministro Félix Fischer, promoveu e vem promovendo uma série de eventos para marcar a efeméride e, nesse contexto, pediu-me para dizer algumas palavras sobre a fase de transição do sistema constitucional anterior para o atual, no que se refere ao Tribunal aniversariante. Honrado, atendo, com prazer, à atenciosa solicitação.

No passar desses cinco lustros, o Superior Tribunal de Justiça, no exercício das suas funções constitucionais, tem bem se encaixado, na sua razão de ser, qual seja, a de erigir-se em Corte máxima da aplicação e interpretação da legislação federal infraconstitucional, indispensável ao Estado federativo. Incumbe-lhe, precipuamente, zelar pela autoridade, validade e uniformidade interpretativa da citada legislação, com exceção apenas daquela atinente à Justiça especializada. Como Corte nacional, a sua jurisdição estende-se ao âmbito da Justiça estadual. Nenhum acórdão prolatado por Tribunal de apelação da Justiça comum, seja federal ou estadual, está imune a ser reformado, via recurso especial, no caso de violar a lei federal.

O recurso especial, por meio do qual o Superior Tribunal de Justiça exerce a sua função mais relevante, nada mais é que o antigo recurso extraordinário, versando matéria infraconstitucional. Isso significa que esta Corte foi instituída para exercer parte importante da competência, que era, anteriormente, do Supremo

¹ Ministro aposentado e Ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; atualmente, advogado em Brasília.

Tribunal Federal. Até os dias de hoje se ouve dizer que o Superior Tribunal de Justiça veio para substituir o antigo Tribunal Federal de Recursos. Mas não é isso que aconteceu: o Tribunal Federal de Recursos dividiu-se nos cinco Tribunais Regionais Federais, criados pela vigente Constituição da República, cuja competência nada tem a ver com a do Superior Tribunal de Justiça. Diante desse contexto, sem me aprofundar sobre os aspectos técnicos atinentes à competência da Corte aniversariante, irei relatar alguns acontecimentos significativos, ocorridos no período que precedeu à sua instituição, pela Constituição em vigor.

Para registro histórico, cumpre-me primeiramente afirmar, que o Tribunal Federal de Recursos, pelos seus Ministros, ofereceu significativa colaboração à Constituinte, nas várias fases em que desenvolveu os seus trabalhos, com vistas à criação tanto do Superior Tribunal de Justiça, quanto dos atuais Tribunais Regionais Federais.

Inicialmente, com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, aquele Tribunal de Apelação federal, por seu então Presidente, Ministro Evandro Gueiros Leite, criou, pelo Ato nº 1.126, de 31 de agosto de 1988, com retroação a 4 de junho de 1987, uma Comissão de Ministros “encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte”². Essa Comissão, que passou a ser chamada de “Comissão da Constituinte”, atuou intensamente, colaborando com a inclusão e a redação de muitos

² ATO Nº 1.126, de 31 DE AGOSTO DE 1988

O MINISTRO GUEIROS LEITE, PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21. XVI. c.c. o art. 40 do Regimento Interno, e considerando o decidido pelo Plenário na sessão de 04.06.87, RESOLVE

I - CRIAR Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte, composta pelos Senhores Ministros ANTONIO DE PAQUA RIBEIRO, FLAQUER SCARTEZZINI, CARLOS THIBAU, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO e ILMAR GALVÃO, presidida pelo primeiro.

11 - Os efeitos do presente ato retroagem a 4 de junho de 1987.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

preceitos, relativos ao Poder Judiciário, constantes da vigente Constituição³.

O Tribunal Federal de Recursos pleiteava, de início, apenas a criação de Tribunais Regionais Federais e do Tribunal Superior Federal, à semelhança da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. É o que se depreende do Ofício nº 161/GP, de 14-4-87, e do Ofício nº 220/GP, de 19-5-87, encaminhados pelo então Presidente daquela Corte, o saudoso Ministro Lauro Leitão, ao Presidente da Subcomissão de Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, Deputado José Costa⁴. A proposta foi acolhida, conforme se verifica na redação final do Anteprojeto elaborado pela citada Subcomissão.

Na fase seguinte dos trabalhos constituintes, a Comissão, criada pelo Tribunal Federal de Recursos, entrou em contato com os Deputados Oscar Correa Filho e Egídio Ferreira Lima, respectivamente, Presidente e Relator da “Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo”. Na oportunidade, o ilustre Relator adiantou o seu ponto de vista favorável à criação do “Superior Tribunal de Justiça”, com o aproveitamento, na sua composição inicial, dos Ministros integrantes do Tribunal Federal de Recursos. Nesse sentido, publicou, em 06-06-87, o seu parecer substitutivo, que, com aperfeiçoamentos subsequentes,

³ O Superior Tribunal de Justiça publicou o livro “Antecedentes Históricos do Superior Tribunal de Justiça”, que contém o “Relatório da Comissão da Constituinte”, organizado pelas Drs Ivis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro e Eliana de Oliveira Santos, cuja leitura é esclarecedora.

⁴ Senhor Constituinte:

Tomo a liberdade de passar às mãos de Vossa Excelência, com este, cópia da proposta de reforma constitucional, no que concerne a Justiça Federal de 1º e 2º grau, elaborada por esta Corte e que foi submetida à dou ta Subcomissão do Poder Judiciário.

Essa proposta, antiga pretensão desta Corte, foi adotada pelo Egrégio Supremo Federal (“DJ” de 14.07.86.).

Em linhas gerais, o que o Tribunal Federal de Recursos propõe é a instituição de Tribunais Regionais Federais de 2º grau, com a simultânea transformação do Tribunal Federal de Recursos em instância de recurso especial, não ordinário, com o nome de Tribunal Superior Federal, segundo o modelo das Jurisdições Eleitoral e do Trabalho (TREs e TSE; TRTs e TST).

Aproveito a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

consubstanciou a estrutura do Poder Judiciário, constante da Constituição Federal de 1988.

Em decorrência, 26 Ministros do Tribunal de Recursos passaram a integrar a composição inicial do Superior Tribunal de Justiça, fixada em 33 Ministros. Havia uma vaga naquela Corte em decorrência da aposentadoria do Ministro Sebastião Alves dos Reis. O art. 27, § 5º, das Disposições Transitórias atribuiu aos citados Ministros a competência para indicar, em lista tríplice, ao Presidente da República, os 7 Ministros faltantes, para que fossem nomeados, após terem o seu nome aprovado pelo Senado Federal.

Por essa razão, os Ministros do Tribunal Federal de Recursos passaram à condição de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, desde a instalação deste, perante o Supremo Tribunal Federal. E seis Desembargadores e um Advogado, por aqueles indicados, completaram a primeira composição da Corte, posteriormente, em 18-5-89, ao tomarem posse perante o próprio Tribunal recém-criado.

A direção do Superior Tribunal de Justiça passou a ser exercitada pelos Ministros que integravam a direção do Tribunal Federal de Recursos até o término dos seus mandatos, ou seja, 23-6-89.

Fundamental para a instalação do Superior Tribunal de Justiça foi a inclusão do § 6º, no art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nestes termos:

“Ficam criados cinco Tribunais Regionais Federais, a serem instalados no prazo de seis meses a contar da promulgação da Constituição, com a jurisdição que lhe fixar o Tribunal Federal de Recursos, tendo em conta o número de processos e a sua localização geográfica”

O art. 13 das Disposições Transitórias do Segundo Substitutivo do Projeto de Constituição, apresentado pelo eminente

Relator, Senador Bernardo Cabral, por sua vez, dizia o seguinte sobre a criação dos Regionais:

“São criados, devendo ser instalados no prazo de seis meses, a contar da promulgação desta Constituição, Tribunais Regionais Federais com sede nas Capitais dos Estados a serem definidos em lei complementar”.

Esse dispositivo fora incluído pelo Relator em razão da acerba divergência dos constituintes, quanto à fixação, no texto principal, da sede dos primeiros Tribunais Regionais Federais. Aqueles que não conseguiram estabelecê-la nos seus Estados sentiam-se desprestigiados. Daí o conflito. Para resolvê-lo, o eminente Relator entendeu de encaminhar a solução para a lei complementar.

Foi, nesse passo de andamento dos trabalhos, que a Comissão da Constituinte do Tribunal Federal de Recursos notou que o mesmo conflito iria ocorrer quando da aprovação da lei complementar e que, sem a criação e instalação dos referidos Tribunais, o Superior Tribunal de Justiça não poderia ser instalado. Daí apresentou sugestão, no sentido de delegar-se ao Tribunal Federal de Recursos a fixação da sede dos cinco primeiros Tribunais Regionais Federais com base em elementos técnicos, com vistas a superar o impasse.

O eminente Relator acolheu a sugestão e a alteração sugerida veio constar da redação final por ele elaborada e no § 6º do art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, antes transcrito.

Sem essa medida, a instalação dos cinco Tribunais Regionais Federais seria postergada, ocorrendo o mesmo com o Superior Tribunal de Justiça. É que, ainda hoje, a criação de novos Tribunais Regionais Federais e a fixação das suas sedes ensejam vivas controvérsias. Aliás, as Constituições de 1946 e de 1967 previam a instalação de outros Tribunais Federais de Recursos, inclusive a última mencionada chegou a fixar a sede de dois: Recife e São

Paulo. No entanto, sob a égide das citadas Leis Maiores nenhum daqueles Tribunais foi instalado.

Não vou me alongar. Mencionei alguns aspectos dos trabalhos constituintes que me pareceram interessantes, com reflexo na criação do desta Corte Superior. Muito mais poderia ser dito, pois as árduas atividades da Assembléia convocada para promulgar a vigente Constituição desenvolveram-se no curso de quase dois anos, incluindo sábados, domingos, férias e feriados.

Diante desse panorama, onde, sob o pálio da formatação da nova Lei Maior, travaram-se muitos e diversificados debates de ordem política e jurídica, merecem especial destaque, no que se refere à criação do Superior Tribunal de Justiça, a atuação do Deputado Egídio Ferreira Lima, Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, e do Senador Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização. O primeiro fez constar a criação do Superior Tribunal de Justiça da redação final do projeto que apresentou e o último a manteve e aperfeiçoou os preceitos àquele relativos.

É justo, também, que se lembre da grande contribuição prestada, para a atual estrutura do Poder Judiciário, pelos insígnies Constituintes que nunca se cansaram de colaborar com a Comissão de Constituinte do Tribunal Federal de Recursos, subscrevendo numerosas emendas por ela sugeridas, muitas das quais foram inseridas, *ipsis verbis*, nos preceitos da Constituição em vigor. Cumpre lembrar, a propósito, o nome dos ilustres Deputados Michel Temer, Oscar Corrêa, Chagas Neto, Eraldo Tinoco, José da Conceição, Lourival Baptista, Sigmaringa Seixas, Arnaldo Prieto, Ricardo Izar, Nestor Duarte, José Ignácio Ferreira, Clóvis Bevilácqua, Expedito Machado, Nilson Gibson, Nelson Jobim, Paulo Pimentel, Messias Góis, Mario Lima, Walmor de Luca e Koyu Ilha e dos Senadores Maurício Correa e Marcondes Gadelha.

Diante do panorama descrito em linhas tênues, é possível verificar que o Superior Tribunal de Justiça surgiu como destacada

Corte Nacional de Justiça, após profundos estudos e debates, com a colaboração de insígnies juristas e criterioso trabalho dos Constituintes, para, com o reconhecido êxito no desempenho das suas atribuições, ser conhecido, hoje, como o Tribunal da Cidadania.

Tive a honra de participar da gestação, criação e instalação do Superior Tribunal de Justiça, exercendo as funções que lhe são próprias por mais de 18 anos. Feita essa breve rememoração histórica, permitam-me, assim, dizer, nesta oportunidade em que se comemoram os seus vinte cinco anos, que vejo esta Corte à beira da crise que outrora afetou o Supremo Tribunal Federal e que veio a inspirar a sua criação. Sim, não se pode esquecer que o Superior Tribunal de Justiça veio para minorar o que se pode denominar de uma “Segunda Crise do Supremo Tribunal Federal”, tendo a primeira tido como consequência a criação do hoje extinto Tribunal Federal de Recursos.

Atingido por elevado número de processos, que aumenta, significativamente, segundo as estatísticas, há o Tribunal de se questionar como bem solucioná-las. Mediante restrições legais, regimentais e outros paliativos, que têm visado infrutiferamente a redução de recursos? Creio que não. É preciso pensar. É necessária ampla reflexão sobre a estrutura e funcionamento do Judiciário, como um todo, com a participação da comunidade jurídica. Alguma coisa é preciso mudar. Não é possível, a meu ver, que o Superior Tribunal de Justiça continue, por exemplo, em matéria de direito público, como mera Corte de passagem para o Supremo Tribunal.

É injustificável o enorme gasto de energia nos trabalhos judicantes, sem que a sociedade sinta que tenha uma Justiça acessível, eficiente e célere. O Superior Tribunal de Justiça tem se modernizado, dispondo de Ministros e servidores muito competentes, o que é de relevância ímpar. No entanto, a função que exercem, imposta pelo vigente sistema, é semelhante ao trabalho de Sísifo.

Sabe-se que uma mudança significativa e duradoura não se consegue facilmente. Nada obstante, é sempre melhor ser movido pela crise que se avizinha do que quando de sua instalação. E, sem dúvida, boas reformas são aquelas feitas de forma sistematizada, com foco e persistência.

Carlos Drummond de Andrade inicia um de seus poemas dizendo que tem “apenas duas mãos e o sentimento do mundo”, para externar seu sentimento de impotência. E, acredito eu, seja este o sentimento que toma a todos quantos desejam realizar, melhorar, contribuir para um Judiciário que realize os anseios dos jurisdicionados e lhes cubra de justiça, neste nosso País ainda tão desigual.

Mas, é preciso ter esperanças. E, não tenho a menor dúvida de que as “duas mãos” dos Ministros que compõem, hoje, esta Corte, aliadas ao seu “sentimento do mundo” e aos Advogados e membros do Ministério Público que perante ela oficiam, são capazes de revolucionar o que for preciso. Basta, a tanto, continuem todos a ter fé, coragem e efetiva dedicação ao trabalho transformador, como até aqui têm tido.

Para finalizar, permitam-me que, neste evento comemorativo dos vinte e cinco anos desta Excelsa Corte, me congratule com o seu atual Presidente, Ministro Félix Fischer, e com todos os seus atuais Ministros e servidores, bem como com aqueles que já lhe prestaram os seus serviços judicantes e administrativos, muitos dos quais já em outras dimensões.

Que o Tribunal da Cidadania continue a prestar os seus serviços com senso de justiça e sensibilidade social, mantendo a sua credibilidade, perante os cidadãos brasileiros.